



Senado aprova combate ao *bullying* nas escolas

Pelo projeto, profissionais de educação serão capacitados para evitar violência, com a criação do Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Texto volta à Câmara antes da sanção porque foi mudado na Comissão de Direitos Humanos

Famílias e responsáveis pelos alunos serão orientados para identificar e enfrentar situações de violência nas escolas, segundo proposta aprovada ontem pelos senadores. O projeto prevê também assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores. O problema pode ser monitorado com relatórios anuais das ocorrências nas escolas e nas redes de ensino.

No texto, que volta para a análise de deputados, *bullying* é definido como uma sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados reincidentemente por um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, produzindo na vítima prejuízos psicológicos, físicos ou morais. 3

CPI que investigará correntistas brasileiros na Suíça reúne-se terça 3

Diplomata defende ampliação do comércio com países africanos 4

Votações sobre reforma política são adiadas em busca de acordo 7

Ministra anuncia iniciativas para aumentar defesa agropecuária 4

Seis comissões para exame de medidas provisórias já estão trabalhando 3

Servidor com filho deficiente poderá ter jornada especial 2



Presidente da comissão, Paulo Paim (C) recebe ministros Carlos Eduardo Gabas (E) e Manoel Dias (D) em audiência

Ajuste fiscal pode mudar, segundo o governo

Ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, defenderam medidas, mas admitiram que a proposta poderá sofrer mudanças no Congresso para atender sindicatos e os próprios parlamentares. 5

Marco da Biodiversidade avança para nova análise

Projeto que estabelece novas regras para pesquisa e exploração da biodiversidade brasileira foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A proposta, que já passou pela Câmara dos Deputados, ainda será

analisada por outras três comissões e pelo Plenário do Senado. A legislação atual é criticada por inibir a pesquisa e dificultar a exploração sustentável. Ontem a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, debateu o tema. 8



Ao lado de Otto Alencar, ministra defende cadastro para preservar recursos naturais

Com
DOWN
a **VIDA** é
normal

21 de março
Dia Internacional
da Síndrome de Down



Assim como qualquer pessoa, o portador da síndrome tem condições de trabalhar, estudar e formar uma família.

A Síndrome de Down não tem cura porque não é uma doença, é uma condição. Mas falta de informação e preconceito têm cura.

Acesse www.movimentodown.org.br saiba mais a respeito da trissomia do cromossomo 21.

Benefício para servidor que cuida de deficiente

Comissão de Direitos Humanos analisará projeto de Romário que prevê jornada especial de trabalho para o funcionário público que é responsável por filho ou cônjuge com deficiência

OS TRABALHADORES QUE têm filho, cônjuge ou dependente com deficiência deveriam ter uma jornada especial de trabalho de forma a ter mais tempo para cuidar dessas pessoas? É justo os responsáveis por deficientes receberem tratamento diferente no trabalho? Esse tema estará em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) quando for analisado o projeto PLS 68/2015, apresentado por Romário (PSB-RJ).

O texto propõe mudança na lei que estabelece as regras para os servidores públicos (Lei 8.112/1990), determinando que o funcionário que tiver dependente com deficiência poderá ter um horário especial de trabalho sem ter que compensar as horas faltadas. Esse já é um direito do servidor deficiente. Romário considera “mais do que justo” possibilitar esse benefício também aos provedores.

— Já passa do momento de o governo olhar um pouco para esse segmento da nossa sociedade. Estou em Brasília há quatro anos e essa é uma das minhas bandeiras



Romário: “Já passa da hora de o governo olhar para esse segmento da sociedade”

principais. Eu estou aqui para defendê-las. Acredito que vivemos um momento em que esses segmentos da sociedade têm que ser vistos de outra forma: com mais respeito, mais consideração, menos preconceito e mais possibilidade — argumenta Romário.

O senador lembrou que há no Brasil cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou doença rara e não é mais razoável que a sociedade finja que elas não existem. Por isso, ele espera agilidade na análise da proposta e, se aprovada pelo

Congresso, que não receba veto presidencial.

— Este momento é o ideal para que o projeto seja aceito. Está na hora de o governo começar a colocar em prática as propostas eleitorais. Uma das coisas seria a aprovação desse projeto. Estou bastante otimista — diz o senador.

Se for aprovado pela CDH, o projeto irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado também nessa comissão, poderá ir para a Câmara dos Deputados, uma vez que tramita no Senado em caráter terminativo.

Paulo Rocha apresenta prioridades do mandato

Paulo Rocha (PT-PA) fez seu primeiro pronunciamento posicionando-se a favor da democracia e dos movimentos sociais. O senador criticou o que chamou de “golpistas de plantão”, que, segundo ele, buscam privilégios aos poderosos.

Ele defendeu o combate ao “noticiário irresponsável” veiculado pelo “monopólio” dos meios de comunicação e pediu providências ao governo federal para conter os assassinatos de líderes de trabalhadores, crimes que classificou como “chagas para a democracia”.

Paulo Rocha cobrou um tratamento igualitário aos estados da Amazônia, criticando o conceito de que o povo da região vive numa realidade distante. Na lista de pautas em defesa do Pará e da

região amazônica, o parlamentar apoiou a realização de obras de infraestrutura, mas usou o exemplo das hidrelétricas para contrastar os projetos de desenvolvimento com a realidade que assola o povo desassistido.

— Faremos a defesa da geração de energia limpa, mas cobraremos as compensações pelos impactos que a construção de hidrelétricas provoca ao meio ambiente e ao povo da Amazônia — afirmou.



Senador cobra tratamento igual para região amazônica

Capiberibe denuncia atos do governo do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) reclamou que, enquanto os problemas se multiplicam no Amapá, o governador do estado, Waldez Góes, e a esposa vão a Pernambuco descansar, apesar de ele estar há menos de três meses no cargo.

Um dos problemas, segundo o senador, é que, por falta de credibilidade junto às instituições financeiras, o governo está com dificuldade para receber cerca de R\$ 800 milhões do BNDES. Esse dinheiro é necessário à conclusão de obras paralisadas, como a Maternidade de Parto Normal e a ampliação do Hospital da Criança e do Adolescente, explicou.

Segundo Capiberibe, uma deputada estadual do Amapá já pediu apuração da denúncia de que o governo do estado comprou remédios de uma

empresa acusada de fraudes em licitações. Os medicamentos foram comprados sem licitação e o Portal de Transparência do Amapá não tem informações sobre essa operação porque está desatualizado.

— Metade dos que foram às ruas semana passada protestaram contra a corrupção. O antídoto é a transparência dos gastos públicos e a mobilização da sociedade para fazer o acompanhamento — afirmou o senador.



Amapá não tem nenhuma credibilidade, diz senador

Wellington Fagundes presidirá a Comissão Senado do Futuro

Wellington Fagundes (PR-MT) ocupará, no biênio 2015–2016, a presidência da Comissão Senado do Futuro (CSF), último colegiado permanente do Senado a definir o novo presidente. Ainda não há data marcada para a reabertura dos trabalhos.

A comissão é a menos numerosa do Senado, com 11 membros. Nove vagas já estão preenchidas pelos partidos, faltando apenas uma indicação do Bloco da Oposição (PSDB e DEM) e uma do Bloco Socialismo e Democracia (PSB, PCdoB, PPS e PSOL). O quórum atual já é suficiente para retomar as atividades.

Wellington Fagundes foi eleito em 2014 para o primeiro mandato como senador. Antes, havia sido deputado federal por seis mandatos. Nesta legislatura, é o sexto

estrelante a ser indicado para a presidência de uma comissão permanente, depois de Davi Alcolumbre (DEM-AP, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), Romário (PSB-RJ, Comissão de Educação, Cultura e Esporte), Otto Alencar (PSD-BA, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), Rose de Freitas (PMDB-ES, Comissão Mista de Orçamento) e Simone Tebet (PMDB-MS, Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher).

A Comissão Senado do Futuro foi criada em 2013 com o objetivo de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país. Ao contrário das demais, ela não tem função deliberativa — ou seja, não vota proposições — e se reúne apenas em caráter extraordinário.



Wellington é o sexto senador estrelante designado para presidir uma comissão

Renan diz que não cabe ao PMDB pleitear Ministério da Educação

Um dia após Cid Gomes deixar o Ministério da Educação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o PMDB não pleiteará o cargo vago. Ele afirmou que no presidencialismo não cabe ao partido pleitear as pastas do Executivo.

— O PMDB, no presidencialismo, não pode pleitear nada. O presidente, quando

entende que é importante a participação do partido em alguma pasta, convida. Mas é preciso que nós tenhamos presente a lógica do presidencialismo.

Cid Gomes deixou o cargo após enfrentar deputados e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no Plenário da Casa e chamá-los de “achacadores”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado projeto que busca evitar prática de *bullying*

Programa que tem objetivo de combater intimidação sistemática nas escolas foi enviado à Câmara. Anualmente serão elaborados relatórios com ocorrências, para monitoramento do problema

O SENADO APROVOU em turno suplementar ontem o projeto que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, o chamado *bullying*. Como foi aprovado um substitutivo da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta passa pela Câmara com as alterações, antes de seguir para sanção de Dilma Rousseff.

O projeto PLC 68/2013 tem o objetivo de prevenir e combater a prática de *bullying* nas

escolas. Os profissionais de educação serão capacitados para implementar ações de discussão, prevenção e solução. Além disso, serão publicados relatórios anuais das ocorrências nas escolas e nas redes de ensino. Outro propósito é orientar as famílias e responsáveis para que possam identificar e enfrentar as situações, bem como garantir assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores.



Senadores aprovaram texto que implementa ações de prevenção e solução

Bullying, segundo o texto enviado para a Câmara dos Deputados, é definido como uma sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados reincidentemente por

um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, produzindo na vítima prejuízos psicológicos, físicos ou morais.

CPI do HSBC inicia investigação na próxima semana

Está marcada para terça-feira, às 10h15, a primeira reunião da CPI do HSBC, que investigará as contas de brasileiros na filial do banco na Suíça.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) será indicado para a relatoria, de acordo com o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

O escândalo, que ganhou o nome de Swissleaks, desvendou contas de 100 mil correntistas no HSBC. Desse total, há

8.667 brasileiros. Documentos vazados da filial suíça mostram que o banco blindou correntistas de obrigações fiscais e da comprovação da origem dos recursos. Doze partidos políticos brasileiros receberam doações eleitorais provenientes das contas descobertas.

Eunício afirmou que a CPI não fará distinção entre os investigados:

— Não importa de qual

partido, quem recebeu e de que maneira recebeu. Se existe algo ilegal, é papel do Congresso investigar.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) é o responsável pelo pedido de criação da CPI.

— Cada vez que surgem novos fatos envolvendo funcionários públicos e figuras de destaque da elite brasileira, aumenta-se a necessidade de uma CPI — afirmou o senador.



Ricardo Ferraço, que será indicado para relatar a comissão de inquérito

Criação da CPI das Próteses é elogiada por Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) louvou na quarta-feira a iniciativa de Magno Malta (PR-ES) de criar a CPI das Próteses. O pedido de criação da CPI já obteve assinaturas suficientes. O próximo passo é a instalação. A CPI vai investigar a máfia das próteses, mostrada em reportagem recente do programa *Fantástico*.

As irregularidades consistem no superfaturamento de próteses e órteses (aparelhos externos usados para imobilizar ou auxiliar os movimentos dos membros ou da coluna). Também há denúncias de recebimento de comissões por médicos que, muitas vezes, fazem o procedimento sem necessidade. Há, ainda, relatos sobre uso de material vencido e em quantidade acima do necessário.

Paim disse considerar cruel a exploração de pessoas que precisam de tratamentos de saúde. Na visão do senador, é preciso criar condições para que esse tipo de fraude não ocorra mais:

— A instalação de uma CPI para investigar os abusos cometidos nesse mercado é uma arma importante. Nós estamos nessa trincheira.



O Brasil perdeu 10 mil policiais em 20 anos, registra o parlamentar

Hélio José alerta para os riscos que correm os policiais no país

Ao lamentar a morte de um policial de Brasília ocorrida no domingo ao atender uma queixa de briga de casal em que um homem agredia uma mulher grávida, Hélio José (PSD-DF) alertou para os riscos que correm os policiais brasileiros.

Segundo o senador, a morte não foi um caso fortuito, e sim uma tragédia anunciada: o *Mapa da Violência* revela que mais de 500 policiais são assassinados todos os anos no Brasil.

Para Hélio José, um fato torna o caso mais grave: o homem que matou o policial já havia assassinado três pessoas, mas estava livre.

— Por ano, matam-se mais policiais no Brasil que no resto do mundo somado. Em 20 anos, o Brasil perdeu mais de 10 mil policiais. Por que esse assassino estava solto? — indagou o senador.

Comissões mistas que analisarão medidas já têm presidente e relator

Seis comissões mistas responsáveis por analisar medidas provisórias foram instaladas ontem. Também foram

escolhidos os presidentes e relatores. Os parlamentares seguiram a Resolução 1/2002, do Congresso Nacional, que

determina a alternância de deputados e senadores no comando e na relatoria de cada colegiado. A norma

prevê a observância da proporcionalidade dos partidos — PT e PMDB ficaram com a maioria das presidências.

Veja os assuntos que os parlamentares estudarão

MP 661/2014	MP 663/2014	MP 664/2014	MP 665/2014	MP 668/2015	MP 670/2015
Autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 30 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o governo, o aporte ao banco é necessário para atender a demanda de fim de ano do setor produtivo para compra de bens de capital, como máquinas e equipamentos.	Autoriza a União a conceder subvenção econômica ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em operações destinadas à aquisição e produção de bens de capital e voltados à inovação tecnológica.	Estabelece regras mais rigorosas para a concessão do auxílio-doença e pensão por morte.	Assim como a MP 664, endurece as regras para a concessão de benefícios sociais. Trata especificamente do seguro-desemprego, do seguro-defeso e do abono salarial.	Eleva de 9,25% para 11,75% as alíquotas de contribuição ao PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a entrada de bens estrangeiros em território nacional. Um dos propósitos do governo é proteger as empresas instaladas no país, evitando que a importação de mercadorias goze de tributação mais favorecida do que a incidente sobre os produtos nacionais.	Trata do reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR). A proposta é fruto de um acordo entre governo e parlamentares para uma correção progressiva dos valores que servem de referência para a cobrança do tributo. A MP estabelece a correção escalonada, conforme a faixa salarial do contribuinte.
 PRESIDENTE: senador Sérgio Petecão (PSD-AC) VICE: deputado Manoel Júnior (PMDB-PB) RELATOR: deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG)	 PRESIDENTE: deputado Baleia Rossi (PMDB-SP) VICE: senador Telmário Mota (PDT-RR) RELATOR: senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	 PRESIDENTE: senador José Pimentel (PT-CE) VICE: deputado Carlos Zarattini (PT-SP) RELATOR: deputado Eduardo da Fonte (PP-PE)	 PRESIDENTE: deputado Zé Geraldo (PT-PA) VICE: senador Benedito de Lira (PP-AL) RELATOR: senador Paulo Rocha (PT-PA)	 PRESIDENTE: senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) VICE: deputado Padre João (PT-MG) RELATOR: deputado Manoel Júnior (PMDB-PB)	 PRESIDENTE: deputado Afonso Florence (PT-BA) VICE: senador Walter Pinheiro (PT-BA) RELATOR: senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Indicado para ocupar embaixada brasileira em Angola foi aprovado ontem em comissão. Decisão final, também sobre nome para o Paquistão, agora cabe ao Plenário

Comércio com a África tem espaço para avançar, afirma diplomata

O BRASIL RESPONDE por apenas 3% do comércio da África com o mundo, hoje calculado em US\$ 1 trilhão. Para ampliar essa participação, o país deve superar o “gargalo logístico” que existe no transporte marítimo e aéreo com o continente africano, afirmou o embaixador designado para representar o Brasil em Angola, Norton de Andrade Mello Rapesta. A indicação dele foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De acordo com ele, existem voos diretos do Brasil apenas para Angola, África do Sul e Cabo Verde. O diplomata anunciou que pretende estimular o transporte marítimo com Angola e mencionou a possibilidade de estados como Pernambuco e Ceará exercerem um papel importante no transporte de bens pelo Atlântico Sul. O comércio bilateral no ano passado alcançou US\$ 2,4 bilhões, com exportações e importações equilibradas.

— Quero pedir aos senadores que sejam meus porta-vozes para que empresas de seus estados busquem oportunidades em Angola — disse Rapesta, que estará em Luanda no ano em que se festeja o 40º aniversário da independência angolana.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em relação a Portugal. Ele informou que pretende aprofundar as parcerias técnica, cultural, econômica e política com o país africano. Após ressaltar a forte presença das novelas brasileiras na TV angolana, o embaixador anunciou a inauguração, em breve, de uma Casa da Cultura do Brasil em Luanda.

Telmário Mota (PDT-RR) apoiou a intensificação da parceria econômica e comercial com a África. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), Brasil e Angola são nações que “cada vez mais se irmanam”. Antonio Anastasia (PSDB-MG) ressaltou a importância de maior aproximação do Brasil com os países de língua portuguesa, especialmente no momento em que “outras nações estão com olhos bastante gulosos sobre a potencialidade” de Angola e Moçambique.



Rapesta, indicado a Angola, fala ao lado de Aloysio e de Lins, que deve assumir embaixada no Paquistão

Ronaldo Caiado (DEM-GO) informou que empresas de Goiás que mantinham investimentos em Angola estão retornando ao Brasil, sob o argumento de que o sucesso no país africano depende muito do “humor de quem está próximo ao poder”. O relator da indicação do embaixador foi Jorge Viana (PT-AC),

Paquistão

Na mesma reunião, a CRE aprovou a indicação de Claudio Raja Gabaglia Lins para o cargo de embaixador no Paquistão e, cumulativamente, no Tadjiquistão.

Ele afirmou que os fluxos de comércio e investimentos entre os dois países ainda são baixos. Mas ressaltou o potencial existente para empresários brasileiros nas áreas de energia hidrelétrica, biocombustíveis, defesa, construção civil

e produção de carne de frango.

— Embora distante, o Brasil pode ser a maior porta de acesso do Paquistão para a América do Sul — afirmou Lins, cuja indicação teve Roberto Requião (PMDB-PR) como relator.

No debate, presidido por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse não ter dúvidas da importância estratégica do Paquistão, mas questionou a necessidade de o embaixador atuar também no Tadjiquistão. Fernando Bezerra (PSB-PE) citou a proximidade do país com a Rússia, grande exportadora de gás e petróleo.

Cristovam disse que o Paquistão é “foco de onde pode surgir uma crise catastrófica para o mundo”, pela proximidade com a Índia e terroristas.

Os dois indicados agora precisam ser aprovados pelo Plenário do Senado.

Embaixadora da Venezuela falará sobre tratamento a brasileiros

A embaixadora da Venezuela no Brasil, María Lourdes Urbaneja Durant, será convidada para um debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre suposto mau tratamento de autoridades daquele país a cidadãos brasileiros. A iniciativa, de Telmário Mota (PDT-RR), foi aprovada ontem.

O presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que vai perguntar à embaixadora se ela prefere comparecer a uma audiência pública na comissão ou receber os senadores em seu gabinete.

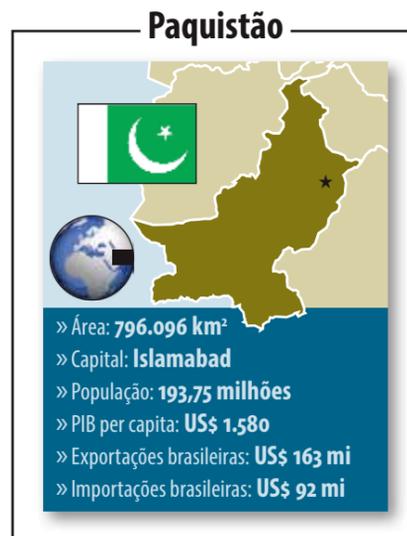
Ele adiou a votação de outro requerimento, de Romero Jucá (PMDB-RR), para debater com o embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Carlos Pereira, sobre a atual situação da democracia no país vizinho, integrante do Mercosul.

Segundo Telmário, existe um grande fluxo de turistas de Roraima e do Amazonas em direção à Venezuela, especialmente para as praias. Porém, observou, os brasileiros têm sido vítimas de violência e constrangimento, inclusive por policiais. Enquanto isso, comparou, o tratamento do lado brasileiro aos venezuelanos é “respeitoso e harmonioso”.

Foi também aprovado voto de solidariedade, sugerido por Tasso Jereissati (PSDB-CE), à iniciativa de 33 organizações não governamentais (ONGs) de solicitar a inclusão na pauta de missão especial da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) à Venezuela de temas como a garantia de lisura nas próximas eleições, o direito à manifestação, o fim de detenções arbitrárias e a independência do Poder Judiciário.

Foi acolhido ainda requerimento de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) de convite ao ministro da Saúde, Arthur Chioro, para debater denúncias de participação de espões cubanos no Programa Mais Médicos.

Entre outros requerimentos, a CRE aprovou também debate com o ministro da Defesa, Jacques Wagner.



Fonte: www.brasilexport.gov.br

Defesa agropecuária é destaque em debate com ministra

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, apresentou ontem aos senadores na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) as prioridades da pasta, com ênfase para a defesa agropecuária.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestaram preocupações com o número insuficiente de fiscais agropecuários em atividade.

Kátia Abreu disse ser impossível para o Estado manter servidores públicos em número suficiente para a fiscalização e a inspeção, atividades indelegáveis da pasta. Como solução,



Kátia Abreu pediu à CRA, presidida por Ana Amélia, apoio a ações da pasta

informou que está em estudo proposta de mudança da legislação para que apenas a fiscalização permaneça como atividade de Estado, podendo a inspeção ser terceirizada.

— Precisamos do apoio dos parlamentares para separarmos isso — pediu a ministra,

ao informar que a medida conta com o apoio dos fiscais agropecuários.

Ela também anunciou a elaboração do Plano Nacional de Defesa Agropecuária, resultado de estudos sobre formas de melhorar a segurança sanitária e fitossanitária.

Já o senador Blairo Maggi (PR-MT) ressaltou que o Brasil, como grande produtor agrícola e pecuário, tem cada vez mais dificuldades para atender as exigências sanitárias que se multiplicam no mercado internacional.

— Não existem apenas barreiras comerciais, mas também barreiras ambientais e fitossanitárias — explicou.

A ministra revelou que o ministério está reavaliando todos os acordos comerciais firmados com outros países, que poderão ser ajustados conforme normas internacionais, removendo-se medidas unilaterais que prejudiquem as exportações brasileiras.

No debate, Kátia Abreu classificou como madura a política agrícola do país, mas apontou a necessidade de adoção de novos instrumentos que garantam maior estabilidade de planejamento para o setor.

Entre eles, a ministra destacou o seguro rural, que deverá ficar mais articulado com instrumentos de comercialização e a definição de preços mínimos mais de uma vez ao ano.

No início da apresentação na comissão, Kátia Abreu se disse otimista com as perspectivas do agronegócio e contou que o setor reage bem aos ajustes fiscais e às restrições da econômica.

Governo admite mudança em MPs do ajuste fiscal

Titulares do Trabalho e da Previdência disseram que, para garantir aprovação no Congresso, medidas provisórias que tratam de direitos trabalhistas podem sofrer alterações

DIANTE DA REAÇÃO negativa de centrais sindicais e de parlamentares, o governo admite acatar mudanças nas duas medidas provisórias (MPs) de ajuste fiscal para vê-las aprovadas no Congresso. Editadas no final do ano passado, as MPs 664/2014 e 665/2014 restringem benefícios trabalhistas e previdenciários.

Numa audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os ministros Manoel Dias (Trabalho) e Carlos Eduardo Gabas (Previdência) repetiram que as MPs não retiram direitos dos trabalhadores, mas adaptam as regras trabalhistas e previdenciárias à nova realidade do país.

Essa realidade inclui uma população em processo de envelhecimento, o que representa um desafio para o governo preservar a sustentabilidade da Previdência Social no futuro. Foi o que apontou o ministro Gabas. Ele disse que só nos últimos dez anos a expectativa de vida média do brasileiro cresceu mais de quatro anos:

— Nós, ao longo dos últimos anos, incluímos 30 milhões de pessoas na proteção previden-



Entre os ministros Carlos Eduardo Gabas e Manoel Dias, o senador Paulo Paim conduz audiência pública sobre MPs

ciária — afirmou o ministro.

Gabas defendeu os ajustes propostos pelo governo nas regras para concessão de benefícios. Entre as mudanças trazidas pela MP 664/2014, está o estabelecimento de um prazo de carência de 24 meses para a concessão de pensão por morte. Antes, essa carência não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado.

Futuras gerações

Gabas afirmou que só ano passado quase R\$ 100 bilhões de um total de R\$ 400 bilhões do Orçamento da Previdência

foram gastos com pensões.

— A Previdência Social não está em agonia, não está para quebrar. Nós estamos fazendo uma alteração que tem relação com a responsabilidade deste governo com as futuras gerações. Alterações são necessárias para garantir a sustentabilidade — argumentou.

O ministro do Trabalho, por sua vez, afirmou que as MPs foram elaboradas para combater fraudes e buscar maior controle na concessão dos benefícios. Ele reiterou que o governo está aberto ao diálogo com as centrais sindicais e com os parlamentares. Para Dias, não se trata mais de revogar as medidas provisórias,

como querem as centrais, mas de discuti-las.

— O que está pactuado é que vamos discutir no Congresso. Estamos aguardando a designação do relator a fim de que, com ele, as centrais sindicais e o governo, nós possamos sentar e discutir.

Saúde financeira

De acordo com Dias, o Brasil criou mais de 22 milhões de empregos na última década e registrou um aumento real do salário mínimo de mais de 76%, o que tem impacto na concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários. As mudanças propostas pelo governo, segundo o minis-

tro, visam proteger o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), constituídos com dinheiro do trabalhador.

— Como gestores desses fundos, temos responsabilidade de cuidar de sua saúde — assinalou Dias.

Com as duas MPs, o governo estima economizar R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015. Juntas, as medidas já receberam mais de 750 emendas e serão examinadas por uma comissão mista especial antes de serem submetidas aos Plenários da Câmara e do Senado.

A audiência foi proposta pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), após solicitação de sindicatos e federações de trabalhadores preocupados com as consequências dessas MPs.

A iniciativa foi elogiada por Dário Berger (PMDB-SC), Regina Sousa (PT-PI), Telmário Mota (PDT-RR), Hélio José (PSD-DF) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

— Eu votarei contra se não houver mudanças [nas MPs], mas acredito que temos condições de conseguir um grande entendimento, que não traga prejuízo aos trabalhadores — disse Paim.

Aloysio Nunes Ferreira pede informações sobre atividades do BNDES

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que aos poucos o governo está mudando a orientação da política econômica, mas que faz isso sem debates e sem uma avaliação pública de ações adotadas anteriormente.

Como exemplo, citou a concessão de empréstimos com juros subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a algumas empresas.

— A nova equipe anunciou que esse tipo de intervenção acabou. Se acabou, tem que dizer por que acabou.

Aloysio afirmou que, para financiar as empresas, o BNDES fez empréstimos com o Tesouro Nacional que chegaram a R\$ 433 bilhões em 2014, dez vezes mais do que em 2008.

Segundo o senador, essa política fracassou, porque algumas empresas beneficiadas estão em situação crítica. Ele reclamou que não se sabe a real situação dos empréstimos.

— Nessa matéria tudo é segredo. Tudo é mistério — disse, ressaltando a necessidade de o Senado tomar a iniciativa e cobrar as informações do BNDES.

Alvaro elogia proposta sobre competitividade na indústria do Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou ontem a elaboração de um caderno de propostas para a competitividade pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). A entidade é presidida por Edson Luiz Campagnolo.

— O documento contempla um diversificado rol de recomendações para a política industrial. A qualidade e excelência desse material é fruto de um processo de construção que envolveu os mais diversificados atores da indústria e sociedade do Paraná — comentou Alvaro.

Ainda segundo ele, 12 fatores foram elencados para a busca da competitividade da indústria paranaense, mesclados com informações estratégicas. Entre elas, a tributação, as relações de trabalho, a educação e a gestão pública.

— São informações vitais para a construção de políticas públicas e direcionadas ao desenvolvimento econômico e social do nosso estado — disse o senador.

Wellington Fagundes defende investimentos em transportes

Em pronunciamento na quarta-feira, Wellington Fagundes (PR-MT) disse que o aprimoramento da logística é fundamental para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no país. Ontem, por iniciativa do senador, a Comissão de Infraestrutura (CI) realizaria audiência em Alto Araguaia (MT) para debater a futura concessão da BR-364 no trecho que vai da divisa de Mato Grosso com Goiás até Rondonópolis (MT).

O debate previsto para começar ontem, às 19h, seria realizado na câmara municipal e contaria com a participação de representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e autoridades locais.

Wellington manifestou apoio às parcerias público-privadas e disse que o governo precisa colocar em dia os pagamentos do Ministério dos Transportes para que as obras relacionadas voltem a ter um ritmo mais acelerado.

O senador também defendeu o entendimento entre as lideranças políticas como forma de por fim à atual crise política.

Sandra quer acordo com governo para famílias em glebas da União

Sandra Braga (PMDB-AM) relatou ontem a reunião que teve durante a manhã com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Na pauta, a busca de uma solução para 100 famílias que ocupam glebas da União no interior do Amazonas, numa área onde o governo quer fazer uma reserva biológica.

A senadora tranquilizou as famílias, garantindo que saiu do encontro convicta de que o governo não tomará “decisões apressadas”.

— O governo já vem estudando uma solução e está aberto para negociar, inclusive a alternativa que inclui a exploração sustentável da madeira — contou.

Essa é a principal atividade à qual se dedicam as famílias. Segundo Sandra, a ministra afirmou que “unidades de conservação não serão criadas para gerar conflitos”. A senadora lembrou que nas glebas já foram autorizadas pelo estado mais de 150 projetos de manejo florestal.

Ana Amélia saúda garantia de liberação de recursos do seguro rural

Ana Amélia (PP-RS) destacou a garantia de liberação de R\$ 300 milhões para custeio do seguro agrícola e a destinação ao setor dos recursos captados por meio das aplicações em Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), título livre de tributação e com rendimento superior à poupança para o investidor.

As duas medidas foram anunciadas pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, em audiência realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é presidida por Ana Amélia.

— A ministra Kátia Abreu hoje demonstrou uma visão muito clara das necessidades na área da logística e, sobretudo, numa área sensível e prioritária, que é a defesa sanitária vegetal e animal, de modernização dos sistemas para que o Brasil se ajuste às regras internacionais de qualidade da produção — afirmou.

Ela também voltou a criticar a decisão do Congresso de triplicar as verbas destinadas ao Fundo Partidário, ao dizer que o ato “é pedir para ser enxovalhado” e perder a credibilidade.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Em apenas 48 horas foram vendidos 1.218 exemplares impressos pela Gráfica do Senado no dia seguinte ao ato da sanção da legislação pela presidente da República

Esgotada edição do Código de Processo Civil

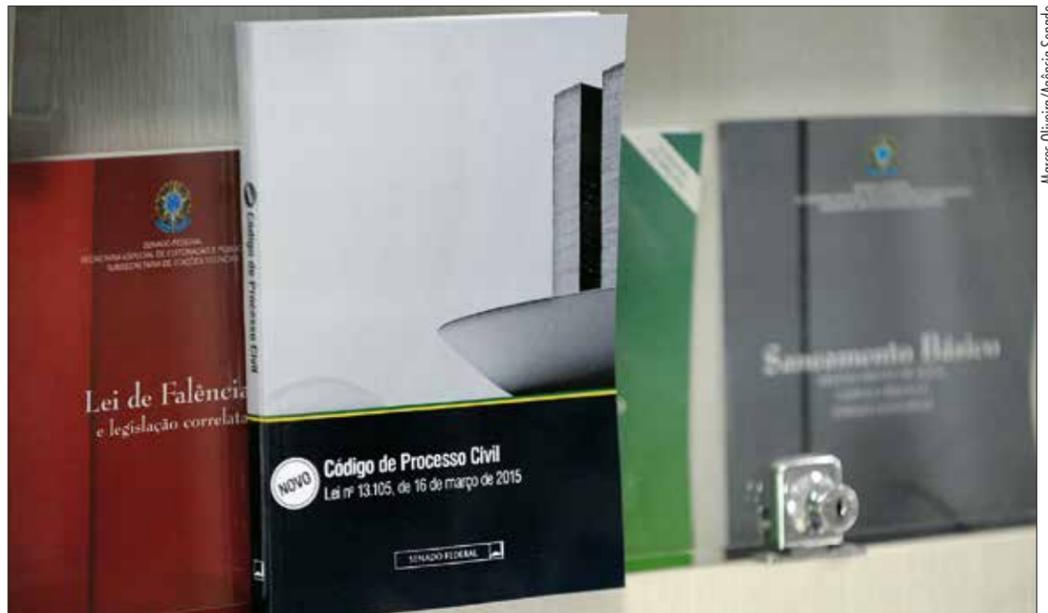
A PRIMEIRA EDIÇÃO do novo Código de Processo Civil (CPC), impressa em tempo recorde pela Gráfica do Senado, foi vendida em apenas 48 horas. Foram 1.218 exemplares vendidos a R\$ 15 pelo site e pelas duas lojas da Livraria do Senado. A primeira tiragem foi de 2 mil unidades e as não vendidas foram distribuídas aos senadores e órgãos da Casa. Vale lembrar que o novo texto do CPC só entrará em vigor um ano após a sanção, ou seja, em 16 de março de 2016.

— A repercussão foi impressionante. Foram mais de 20 mil acessos ao site da Livraria do Senado em poucas horas — informou a coordenadora de Edições Técnicas da Gráfica, Anna Maria de Lucena.

Aprovado pelo Senado em dezembro de 2014, o novo CPC

(Lei 13.105/2015) foi sancionado pela presidente Dilma na segunda-feira, com apenas seis dispositivos vetados. No mesmo dia, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, foram à Gráfica, como conta seu diretor, Florian Madruga.

— Eles nos comunicaram que a presidente da República iria sancionar o novo Código de Processo Civil e queriam saber se seria possível lançarmos uma edição da lei já no dia seguinte à sanção. Recebemos o texto, com os seis dispositivos vetados pela presidente, às 22h. Começamos a trabalhar imediatamente e concluímos a impressão e encadernação do livro por volta das 5h da manhã de terça-feira. E o presidente Renan fez o lançamento no



Primeira reimpressão está prevista para breve e, em algumas semanas, versão gratuita em e-book será disponibilizada

Plenário do Senado na parte da tarde — conta Florian.

Anna Maria informou também que, em breve, haverá

a primeira reimpressão da primeira edição. Serão pelo menos 10 mil novas unidades.

Versão e-book

Anna disse ainda que a versão e-book, que poderá ser baixada gratuitamente no site da Livraria do Senado, deve ser lançada em algumas semanas.

A segunda edição do Código de Processo Civil, disseram Florian e Anna Maria, já será feita com normas conexas, como artigos da Constituição e do Código de Processo Penal citados no texto do CPC. Eles

acrescentam que o dinheiro resultante das vendas serve para repor parte dos custos de impressão e a distribuição gratuita de exemplares impressos para órgãos públicos, instituições educacionais e bibliotecas de todo o país só será feita após a primeira reimpressão.

O novo CPC também será vendido em inúmeras feiras de livro de que o Senado participa pelo Brasil, sendo a próxima em Joinville (SC), em abril. Também em breve haverá uma edição em braile.

Nova lei substitui texto datado de 1973

A modernização do CPC foi iniciada em 2009 pelo então presidente do Senado, José Sarney, que criou uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto, presidida pelo ministro do Supremo, Luiz Fux, que, à época, integrava o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O anteprojeto de lei foi convertido no PLS 166/2010 e passou a ser analisado por uma comissão especial de senadores. Depois de aprovado em Plenário, o texto seguiu para a

Câmara, onde recebeu alterações.

De volta ao Senado em 2014, na forma de substitutivo, foi reanalisado por comissão especial de senadores e votado em Plenário em dezembro. Renan Calheiros enviou o texto à sanção em fevereiro, após minuciosa revisão técnica. O novo CPC, primeiro a ser elaborado na vigência da democracia no país, tramitou no Congresso por mais de cinco anos e substituiu o antigo código, que data de 1973.

Caiado critica Dilma Rousseff e pede investigações

Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu, na quarta-feira, a investigação da presidente Dilma Rousseff em razão de supostas citações do nome dela em depoimentos de delação premiada na Operação Lava-Jato.

— O DEM exigirá que a Justiça cumpra sua tarefa e dê oportunidade para que todos os atos praticados pela presidente, das quais ela teve o benefício direto, sejam esclarecidos.

O senador lamentou o não afastamento do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, após denúncias sobre o esquema de corrupção na Petrobras. Segundo o parlamentar, a sociedade não suporta mais

o que chamou de clima de corrupção dos governos Lula e Dilma.

Ontem o senador subiu duas vezes à tribuna para criticar o governo. Em uma delas, pediu investigações sobre o Programa Mais Médicos. Ele citou reportagem do *Jornal da Band* mostrando que, durante reunião, representantes da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e do Ministério da Saúde supostamente combinaram a vinda ao Brasil, junto aos médicos, de 50 espões do governo de Cuba.

Caiado disse que, na reunião, foi discutido o salário dos profissionais de saúde. O senador, que também é médico, afirmou que o programa

é um disfarce para apoiar a ditadura cubana.

— O governo cubano recebe 90% do salário dos médicos e os médicos, no Brasil, recebem 10% do salário. Mas não é o senador Caiado que fala, é o Tribunal de Contas da União.



“Estamos vendo uma presidente ilhada e prisioneira do Planalto”, diz o senador

Em outro discurso, Caiado criticou a Prefeitura de Goiânia por montar uma estrutura em torno da sede do governo municipal para a visita da presidente Dilma ontem. Para ele, a prefeitura quis proteger Dilma de eventuais protestos.

Viana rebate críticas da oposição ao pacote anticorrupção

Jorge Viana (PT-AC) rebateu críticas da oposição ao pacote de medidas anticorrupção encaminhado pela presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que, apesar de algumas propostas já estarem tramitando, o pedido de urgência da presidente evidencia a intenção de garantir que os projetos andem.

— Qual é a proposta concreta que a oposição trouxe de combate à corrupção? Eu não vi — disse o senador.

Viana reiterou que Dilma já havia encaminhado, em 2013, medidas de combate à corrupção, mas as propostas pouco avançaram.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Para Cristovam, medidas anticorrupção precisam ser votadas com urgência

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que uma das mais importantes medidas do pacote anticorrupção do governo é a proposta que criminaliza o caixa dois no financiamento das campanhas eleitorais. Para o senador, o pacote precisa ser votado em regime de urgência.

O senador defendeu o fim da contribuição pública para os partidos, que deveriam ser custeados pelos filiados.

— Nós não podemos deixar que o projeto fique aqui um ano, dois anos, três anos, quatro anos, dez anos sem ser aprovado. Aí, nós estaremos sendo corruptos pela omissão, por não criarmos as bases para este país não ter corrupção — afirmou o senador.

Cristovam disse que outra proposta do pacote, a que prevê a extensão da exigência de ficha limpa aos servidores dos Três Poderes, poderia ser posta em prática pelo governo antes mesmo da aprovação da medida pelo Congresso Nacional, tendo em vista a sua importância.

Alvaro afirma que povo merecia uma resposta à altura da indignação

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a reação da presidente Dilma Rousseff às manifestações populares, ressaltando que o povo demanda “mudanças radicais” e merecia uma resposta à altura da indignação.

Ele disse que o governo apresentou um pacote anticorrupção com propostas “envelhecidas” e que a aprovação de novas leis não é o bastante quando as autoridades não se impõem diante dos criminosos.

O senador alertou para a possibilidade do crescimento dos protestos contra um governo que definiu como “complacente, conivente e cúmplice” da corrupção.

— Se as respostas mais veementes não forem oferecidas, a palavra impeachment não será apenas o impulso de um desabafo eventual: terá algum significado na vida dos brasileiros.

Sobre a reforma política, o senador disse que o cenário atual não é adequado para a aprovação do financiamento público de campanhas. Para ele, falta “maturidade e consciência” na vida política.

Na pauta, estava a proposta que torna obrigatória a renúncia de presidente, governador ou prefeito que tentar a reeleição. Um outro projeto de lei será tema de sessão temática do Plenário na terça-feira



A reunião de ontem valeu como sessão de discussão para PEC que acaba com as coligações em eleições proporcionais

Dificuldade de acordo adia votações da reforma política

OS SENADORES NÃO chegaram a acordo em torno de projetos da reforma política que estavam na pauta de ontem do Plenário. Com isso, as votações foram adiadas.

Entre as propostas, estava a PEC 73/2011, que torna obrigatória, seis meses antes da eleição, a renúncia dos chefes de Poder Executivo que se candidatarem à renovação dos mandatos.

Já o projeto sobre o financiamento público de campanha (PLS 268/2011) será tema de uma sessão temática do Plenário, marcada para a terça-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Digitais da presidente Dilma estão marcadas no petrolão, critica Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a intenção do “pacote de medidas requestradas” anunciado pela presidente Dilma Rousseff não visa combater “o mar de corrupção nas gestões do PT”. O objetivo, na avaliação do senador, é tentar “afastar o Palácio do Planalto da sucessão de escândalos que deixou o Brasil estarrecido”. Para ele, isso é impossível porque “as digitais da presidente estão marcadas no petrolão”.

— Centralizadora como é a presidente, não dá para acreditar que a nomeação dos ladrões que roubaram a empresa não tenha sido pelo menos autorizada por ela. Se tipos como Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Nestor Cerveró e Pedro Barusco foram parar nos mais altos cargos da Petrobras, isso só aconteceu porque Dilma concordou.

O senador disse que, antes de ser presidente, Dilma Rousseff já era “a manda-chuva do setor de energia e petróleo no Brasil”.

A reunião de ontem do Plenário valeu, entretanto, como mais uma sessão de discussão da proposta que acaba com coligações partidárias nas eleições proporcionais (PEC 40/2011).

Aprovada em primeiro turno no dia 10, a proposta está agora pronta para ser votada na próxima sessão, já em segundo turno.

Pelo texto, as coligações valerão somente para eleições majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito), sendo vedada a associação de partidos para as disputas de deputados federais, estaduais, distritais (DF) e vereadores.

Malta chama eleitor à reflexão sobre importância de escolher representantes

Magno Malta (PR-ES) convocou, anteontem, a população a refletir sobre a importância da participação política. Cobrou dos eleitores que escolham com responsabilidade os políticos para não contribuírem com a corrupção. Segundo ele, de nada adianta o Congresso aprovar um projeto anticorrupção, se os corruptos continuarem agindo na política.

— Se você fechar um buraco de rato, ele abre em outro lugar. Uma lei contra corrupção é tapar um buraco de rato. Nós estamos fazendo papel de parlamentar ou de pedreiro? Você [eleitor] precisa, com seu voto, matar o rato — disse.

Malta criticou as declarações de ministros de que as manifestações não teriam sido espontâneas. Afirmou que quem estava na rua não eram “oportunistas”, e sim pessoas que não aguentam mais corrupção nem ações do governo que classificou como “afrenta” ao povo.

Sem entendimento sobre os projetos de reforma política, o Plenário aprovou requerimentos. Entre eles, o que agendou para 26 de maio a entrega do Diploma José Ermírio de Moraes.

A homenagem é feita anualmente pelo Senado a empresários e empresas que contribuem para o desenvolvimento nacional e são referência em produção, responsabilidade social, cultural e ambiental.

Também houve votação de requerimentos que pediam arquivamento e desarquivamento de projetos, entre outros.

Segundo Lúcia Vânia, Petrobras precisa de melhor controle interno

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que as denúncias de irregularidades na Petrobras mostram que a transparência e a fiscalização devem ser critérios considerados pela administração da empresa.

A senadora lembrou que não há consenso nem mesmo sobre o tamanho do rombo na estatal, que pode ser de R\$ 88 bilhões.

Lúcia Vânia destacou as denúncias de superfaturamento em contratos, pagamento de propina por parte de empreiteiras e destinação de dinheiro para executivos, fornecedores e políticos.

Isso, disse ela, resultou na queda das ações da Petrobras, na perda de credibilidade e no desemprego. Para a senadora, os problemas serão revertidos se a estatal seguir um caminho:

— Investigar e informar com transparência, punir os corruptos, aprimorar o sistema contábil e os mecanismos de controle interno, para assim reconquistar o Brasil.

Brasileiros não engolem mais pacotes requestrados, diz Cássio

Ao comentar as medidas contra a corrupção anunciadas pela presidente

Dilma Rousseff, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que “as pessoas não engolem mais pacote requestrado”. Segundo ele, “as pessoas querem providências, ação e governo”.

O senador disse que a crise tende a se tornar mais aguda porque “o governo não consegue se encontrar nem olhar para a cara do povo brasileiro, tamanhas as mentiras apregoadas durante a campanha eleitoral”. Cássio citou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que, disse, foi usado para vender ilusão a milhões de jovens, “a fim de ganhar uma eleição”.

O senador afirmou que, no Nordeste, as famílias pobres já começaram a bater nas portas das prefeituras pedindo comida, “porque a inflação corroeu o poder de compra do Bolsa Família”.

— Enquanto o governo do PT não reconhecer essa realidade e se aproximar do Brasil real, vai se afundar cada vez mais.

Poderes precisam entender o recado dos protestos, avalia Paim

Em pronunciamento, Paulo Paim (PT-RS) falou sobre artigo dele, publicado ontem no jornal *O Globo*, sobre os protestos que tomaram conta do país em 13 e 15 de março. Para o senador, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e os partidos políticos precisam “reconhecer, entender e aceitar” o recado dos protestos.

— Se isso não for feito, o rufar dos tambores pode ficar mais forte. Não adianta dizer que foi só um setor da classe média ou de uma determinada opção política.

Paim também citou entrevista do ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto, para quem “não há a menor possibilidade, até o momento, de enquadrar a presidente Dilma em crime de responsabilidade”. O senador reitera que pedir o impeachment não é crime, mas que esse é um processo regido pela Constituição e pela legislação.

Ele lembrou ainda que a liberdade de manifestação é a base da democracia.

— A população sabe o que quer. Quer o fim da corrupção, a reforma política, a defesa dos direitos trabalhistas e a democracia.

Proposta que modifica legislação para pesquisa e exploração da fauna e flora tem regime de urgência e ainda passará por mais três colegiados até ser votada em Plenário

Comissão aprova Marco Legal da Biodiversidade

FOI APROVADO NA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui novo Marco Legal da Biodiversidade. Os senadores seguiram o voto do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), que incluiu duas emendas de redação e rejeitou outras quatro apresentadas na CRA e as 116 emendas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta ainda será analisada nas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Assuntos Econômicos (CAE)

e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e também em Plenário. Como está em regime de urgência, precisa ser votada até o dia 10 de abril para não trancar a pauta.

No voto, Gurgacz afirma que a proposta “foi amplamente discutida com a sociedade, cientistas, pesquisadores e técnicos da agricultura e da indústria”. Ele diz haver consenso sobre os entraves à exploração do patrimônio genético pela legislação em vigor (MP 2.186/2001) e argumenta

que, se forem feitas mudanças no Senado, a matéria precisará retornar à Câmara, atrasando ainda mais a aprovação do novo marco legal.

— Precisamos avançar com essa matéria. O tema tramita no Congresso há mais de 20 anos, com mais intensidade nos últimos 5 anos pela Câmara, onde foram feitas várias audiências públicas e reuniões com a sociedade organizada — disse.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) também defendeu a manutenção do texto

como veio da Câmara dos Deputados, sem alteração.

Emendas

Foi rejeitada emenda de redação de Donizeti Nogueira (PT-TO) para trocar o termo “população indígena” por “povo indígena”, que designaria melhor a identidade cultural ou étnica. O relator alegou que a Constituição só usa a palavra povo para referir-se ao povo brasileiro, titular do poder soberano do país.

Foi incluída emenda de redação que trata especifica-

mente das competências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para dar maior clareza às atribuições de cada órgão, regulamentados individualmente por lei própria.

A legislação em vigor é criticada por todos, por ser muito burocrática no processo para autorização da pesquisa sobre a biodiversidade no país, reduzindo as oportunidades de repartição de benefícios com comunidades tradicionais.



Ministra Izabella Teixeira (2ª à esq.) participa de audiência ao lado do presidente da comissão, Otto Alencar (3º à esq.)

Ministra pede adesão a cadastro rural

O novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015) também foi o tema da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que contou com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Durante o debate, a ministra afirmou que a conclusão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma das ferramentas que auxiliarão o país a preservar o meio ambiente e a biodiversidade. O cadastro, criado a partir do Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), reunirá informações sobre propriedades e posses rurais. Porém, implantado pelo ministério em 2014, até agora só listou 40% de todo o território previsto.

— Estados, trabalhem dedicadamente com o cadastro, se a gente quiser fazer toda essa envergadura, esse novo desafio que o Brasil coloca de recuperação de ecossistemas, de eliminar o desmatamento e ir para a recuperação de vegetação nativa neste país, gerando emprego, fazendo inclusão social e tratando as populações tradicionais com o respeito que elas merecem — disse.

Izabella também afirmou que a aprovação do projeto será importante para inverter uma lógica perversa que ocorre com a lei atual: a punição aos pesquisadores que querem

gerar conhecimento, mas são acusados de biopirataria.

Opiniões

O debate foi proposto pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). Vários participantes ressaltaram a importância de reconhecer o valor de quilombolas, comunidades indígenas e populações do interior como detentoras e protetoras de conhecimento na nova legislação. O senador Jorge Viana (PT-AC), relator da proposta na CMA, declarou que o novo regimento levará ao compartilhamento dos benefícios com as comunidades tradicionais.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin lembrou que a nova lei precisa ser ajustada para que o país possa assinar o Protocolo de Nagoia, a convenção da biodiversidade. Já o subsecretário de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, José Antonio Marcondes de Carvalho, afirmou que a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico não podem ser antagônicos.

A situação dos biomas brasileiros foi exposta pelo ex-presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Hélio Gurgel. Ele disse que a Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro e é o menos pesquisado e prote-

gido. Por isso, Gurgel pediu ao Congresso a aprovação da lei da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca, em tramitação na Câmara.

A secretária de Meio Ambiente do Amazonas, Kamilla Botelho, citou a regularização fundiária como um dos problemas mais urgentes da Amazônia:

— A questão fundiária só não é mais grave porque 43% do território amazônico está em terras indígenas e áreas protegidas federais e estaduais.

São Francisco

Otto criticou a maneira como a transposição do Rio São Francisco é feita, pois não adianta as obras ficarem prontas, se não há água para ser levada:

— Houve uma inversão no projeto de transposição. É preciso fazer a revitalização primeiro para depois fazer a transposição. O rio hoje tem todos os afluentes da margem direita mortos — lamentou.

Também participaram do debate Jonathan Hughes, do Scottish Wildlife Trust; Mohammad Shahbaz, pesquisador da Rede Inter-Islâmica de Desenvolvimento e Manejo da Água; Marina von Weissenberg, do Ministério do Ambiente da Finlândia; e Spencer Thomas, embaixador para tratados ambientais de Granada.

Leis contra biopirataria inibem pesquisador brasileiro, diz Viana

Relator do novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015) na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC) afirmou em discurso que o Brasil tem

agora a chance de tornar-se protagonista na exploração sustentável de seu patrimônio genético. Apesar de ter a maior diversidade biológica do planeta, as atividades econômicas vinculadas à floresta não alcançam 1%, disse o senador.

— Toda a base da produção



agropecuária brasileira usa plantas e animais exóticos. O Brasil não faz uso de sua biodiversidade. A soja não é nativa, a cana não é nativa, o café não é nativo,

o frango não é nativo — disse.

Viana avalia que o marco legal é uma chance de corrigir distorções na legislação que combate a biopirataria. De tão rigorosa, ela tem inibido pesquisadores brasileiros, disse:

— Fazer pesquisa hoje na nossa biodiversidade é crime.

Otto cita Dia Mundial da Água e chama a atenção para crise

O senador Otto Alencar (PSD-BA) chamou a atenção para a crise hídrica brasileira e a difícil situação pela qual passa o Rio São Francisco ao lembrar que 22 de março é o Dia Mundial da Água.

O parlamentar voltou a citar em Plenário que praticamente todos os afluentes do chamado rio da integração nacional estão comprometidos pelo despejo de esgoto, assoreamento e destruição de mata ciliar.

— A situação é tão grave que o Lago de Sobradinho está

com 20% de capacidade. Se não tiver constante chuva até o fim de abril, é bem provável que em novembro possamos ver o fundo do lago — alertou.

Em aparte, a senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou o fato de a crise hídrica ter se somado a outras crises de ordem política e econômica.

— Nós estamos maltratando nossas fontes e reservas. As cidades transformaram seus rios em esgotos e lixões — disse, citando como exemplo os Rios Guaíba, em Porto Alegre, e Tietê, em São Paulo.

Bezerra cobra conclusão das obras de transposição do São Francisco

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) saudou o Dia da Água, comemorado em 22 de março, e disse que a data, instituída pela ONU, visa conscientizar a população sobre o uso adequado do recurso, que já está em falta em muitas regiões do mundo.

Os efeitos do aquecimento global e a falta de investimentos em obras hídricas contribuem para a crise atual, disse o senador, que apelou ao go-



verno federal para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco e de projetos complementares. Ele disse que os empreendimentos vão contri-

buir para o desenvolvimento do Nordeste e assegurar a oferta de água na região.

— O empreendimento irá garantir a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes em 390 municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — afirmou.